

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

2.º Trimestre de 2021 – janeiro a junho de 2021

1. Introdução

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) compete genericamente ao Conselho Fiscal fiscalizar a administração da Sociedade, cumprindo-lhe elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

De acordo com a alínea i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estão as empresas públicas obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A fiscalização da APL está cometida a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro, conjugado com o referido artigo 413.º do CSC, apresenta-se o presente relatório, o qual se reporta ao segundo Trimestre de 2021.

O presente relatório é emitido com base no documento do Conselho de Administração “Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-junho 2021”, com data de aprovação por este órgão de 14 de outubro de 2021, enviado ao Conselho Fiscal em 26 de outubro. Este relatório teve ainda em consideração o Relatório do Revisor Oficial de Contas, Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda., datado de 10 de dezembro de 2021, em anexo e constituindo parte integrante do presente documento, bem como a análise das Atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas neste período.

2. Factos Prévios Relevantes

A análise constante do presente relatório considerou o documento do Plano de Atividades e Orçamento da APL 2021-2023 (PAO 2021-2023) que, à presente data, ainda não se encontra aprovado.

3. Acompanhamento da Gestão e da Execução Orçamental

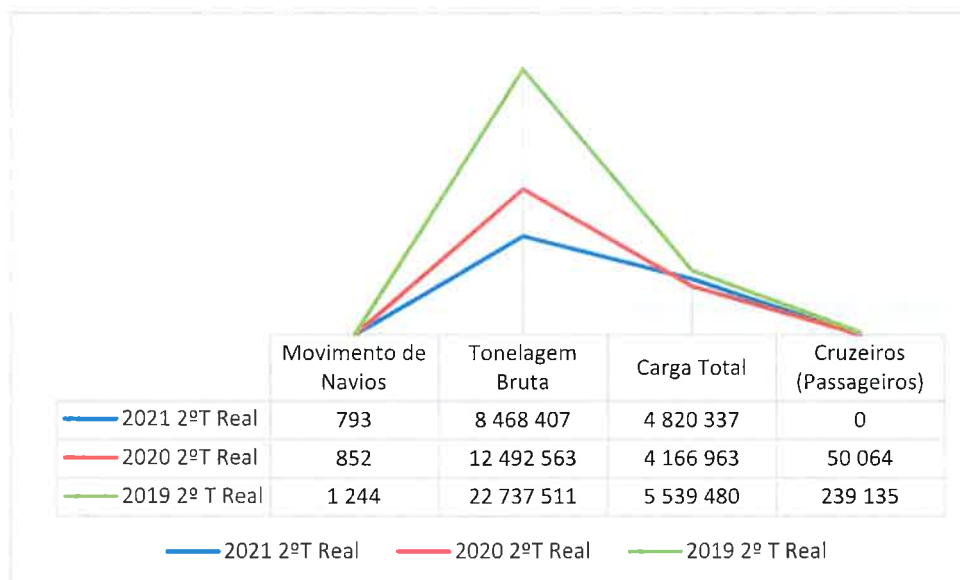
3.1. Acompanhamento da Gestão

No âmbito das suas competências, definidas pelo artigo 16.º dos Estatutos da APL, S.A., na sua atual redação, bem como do artigo 420.º do CSC, no exercício de 2020, o atual Conselho Fiscal, procedeu ao acompanhamento da gestão da APL, S.A., através, fundamentalmente, da análise da documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada e da leitura das Atas das reuniões do Conselho de Administração.

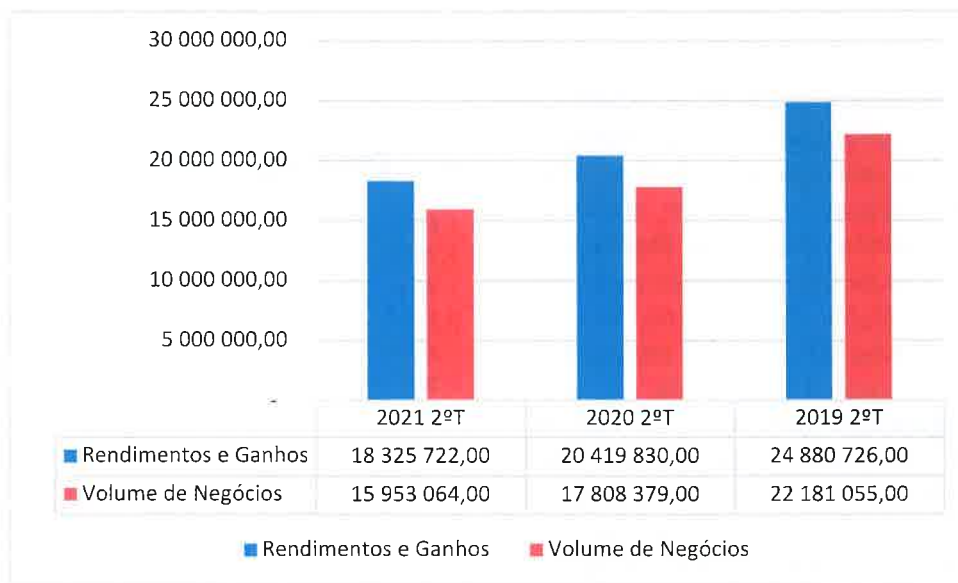
3.2. Execução Orçamental

Quanto à execução orçamental, atendendo ao Relatório de Gestão apresentado e às considerações efetuadas no ponto anterior do presente relatório relativamente ao PAOI 2021-2023, destacam-se os seguintes aspetos:

- No primeiro semestre de 2021, o movimento portuário de navios continuou a decrescer face ao período homólogo (-6,9%), com especial destaque para o movimento de cruzeiros, que continuou a ser o mais afetado (-95,2%);
- O mesmo aconteceu na GT total que regista um decréscimo de 32,2%, muito influenciada pela ausência de tráfego de navios de passageiros, uma vez que na movimentação de carga se registou alguma melhoria;
- Tal fica mais uma vez a dever-se à evolução da pandemia, mas também às greves do setor da estiva. O impacto conjugado destes fatores na atividade do Porto de Lisboa é notório:



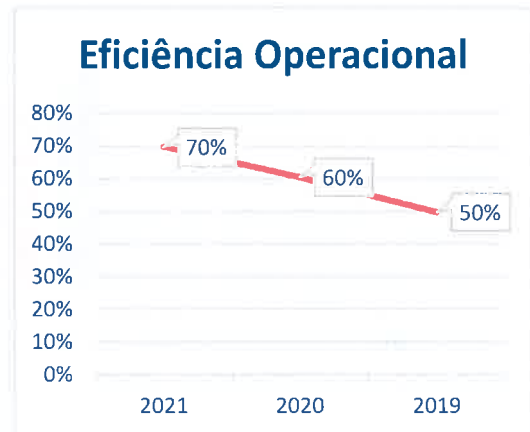
- Posto isto, no primeiro semestre do ano registou-se uma redução de 10,4% no volume de negócios e de 10,3% no total de rendimentos e ganhos (entre os quais se destaca uma quebra de 29,2% na categoria de Usos Dominiais);



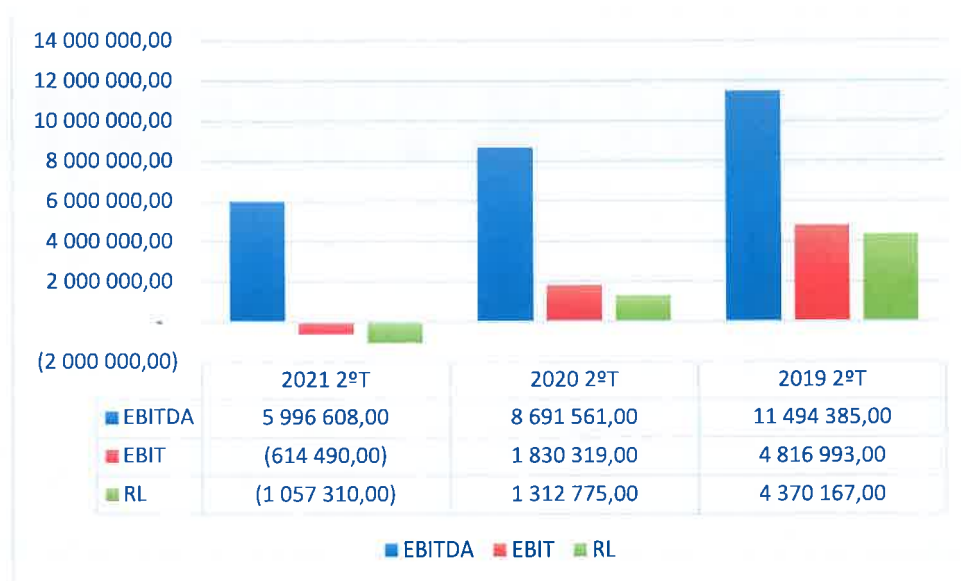
- Note-se que mesmo relativamente ao orçamento, estas rubricas se encontram igualmente bastante abaixo do previsto: -15,7% no total dos rendimentos e ganhos e -18,1% relativamente às vendas e prestações de serviços. Este facto estará associado às medidas implementadas para controlar as vagas pandémicas, cujos efeitos ultrapassaram as previsões, fruto do clima de grande incerteza que o contexto pandémico vem provocando;
- De salientar o aspeto referido pela Gestão relativamente à rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos”, que inclui uma variação da conta de imputação de rendimentos de bens de concessões a reverter, no montante de -215 mil euros face a 2020, que decorre do reconhecimento do efeito da prorrogação de 5 anos concedido às concessões TMB e TMPB (com os devidos impactos ao nível das amortizações);
- Já em termos de gastos totais registou-se um aumento de 1,6% face ao período homólogo de 2020 (com o contributo significativo dos FSE, que registou um aumento de 17,7%), muito embora, em termos globais, constituam uma redução de 10,2% face ao estimado no orçamento, especialmente na rubrica de FSE, que ficou 32,1% abaixo do estimado;

- A contribuir para esta evolução dos custos está, essencialmente, alguma reposição das dragagens de manutenção (uma vez que em 2020 ficaram muito abaixo do normal);

- Com esta evolução do agregado de gastos operacionais, em comparação com a evolução descrita do volume de negócios, o rácio de eficiência operacional sofre uma degradação face ao período homólogo de 60,3% para 69,6% (bem como face à estimativa de 66,5% do orçamento) e, conseqüentemente, uma degradação substancial do EBITDA da empresa, que passou de 8.691.561 € a junho de 2020 para 5.996.608 € no período homólogo de 2021 (valor também bastante abaixo do estimado no orçamento – 7.381.221 €);



- A deterioração significativa da margem de EBITDA (de 42,6% em junho de 2020 para 32,7% no período homólogo de 2021) evidencia bem a elevada rigidez da estrutura de custos da empresa;
- Tal evolução é igualmente refletida na sua prestação global, com uma deterioração substancial dos resultados líquidos, passando a rentabilidade líquida de 6,4% em junho de 2020 para campo negativo no período homólogo de 2021, -5,8% (igualmente abaixo do orçamento, onde perspetivava a sua manutenção em campo positivo, em 0,6%);



- Em relação à estrutura financeira e patrimonial, quando comparada com a do segundo trimestre de 2020, verificam-se variações do Capital Próprio de -1,5% e do Ativo Total Líquido de -4,6%, o que, em conjunto, se consubstancia numa melhoria da Autonomia Financeira, que se situava em 70% em junho de 2021;
- Embora continue a assumir uma expressão bastante reduzida face às depreciações ocorridas, a empresa realizou investimentos no montante de 254.537 €, 7% abaixo do concretizado no período homólogo do ano anterior, e 80,4% abaixo do orçamentado;

Investimento	2021 2ºT	2020 2ºT	2019 2ºT	2021 2º Trimestre						
	Real	Real	Real	JUN21 - JUN20		JUN21 - JUN20		Orç.	Var. Valor	Var. %
				Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %			
	254 537	273 560	1 762 287	-19 023	-7,0%	-1 507 750	-85,6%	1 299 288	-1 044 751	-59,3%

- Por último, no que concerne à evolução da dívida, apesar dos constrangimentos decorrentes da evolução da sua atividade, a empresa prosseguiu a política de redução da sua dívida financeira líquida, o que se materializou num decréscimo de 9,1% face a dezembro de 2020 (-1,4% face ao orçamento), facto que se continuou a repercutir na evolução dos custos financeiros, com uma redução de 12% face ao período homólogo do ano anterior;

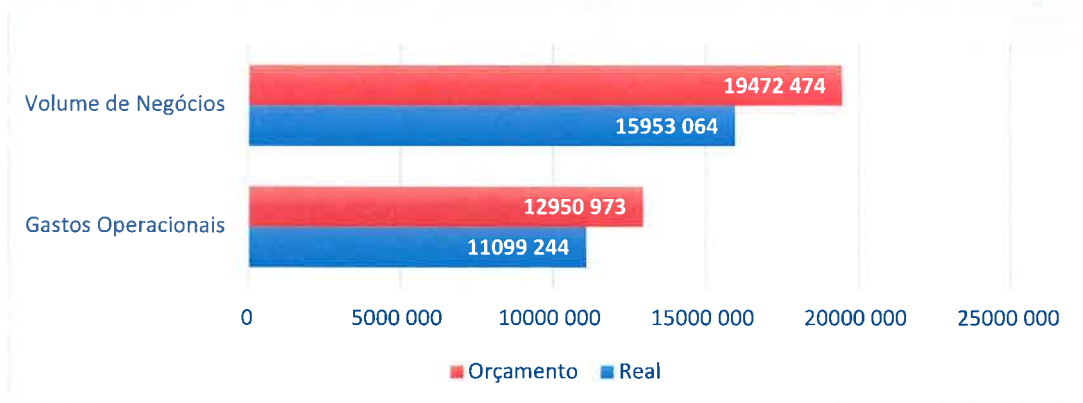
Em síntese, apresentam-se no quadro seguinte alguns dos principais indicadores da APL, S.A.:

Principais Indicadores	2021 2ºT	2020 2ºT	2019 2ºT	2021 2º Trimestre				Orç.	Var. Valor	Var. %
	Real	Real	Real	JUN21 - JUN20		JUN21 - JUN19				
				Var. Valor	Var. %					
Rendimentos e Ganhos	18 325 722	20 419 830	24 880 726	-2 094 108	-10,3%	-2 094 108	-8,4%	21 728 865	-3 403 143	-15,7%
Volume de Negócios	15 953 064	17 808 379	22 181 055	-1 855 315	-10,4%	-1 855 315	-8,4%	19 472 474	-3 519 410	-18,1%
EBITDA	5 996 608	8 691 561	11 494 385	-2 694 953	-31,0%	-2 694 953	-23,4%	7 381 221	-1 384 613	-18,8%
% Rendimentos e Ganhos	32,7%	42,6%	46,2%					34,0%		
EBIT	-614 490	1 830 319	4 816 993	-1 215 829	-133,6%	-2 444 809	-50,8%	648 240	-1 262 730	-194,8%
% Rendimentos e Ganhos	-3,4%	9,0%	19,4%					3,0%		
RL	-1 057 310	1 312 775	4 370 167	-255 465	-180,5%	-2 370 085	-54,2%	120 108	-1 177 418	-980,3%
% Rendimentos e Ganhos	-5,8%	6,4%	17,6%					0,6%		
ATL	320 307 998	335 739 765	332 623 406	-15 431 767	-4,6%	-12 315 408	-3,7%	329 295 052	-8 987 054	-2,7%
CP	224 138 879	227 638 719	225 962 159	-3 499 840	-1,5%	-1 823 281	-0,8%	226 363 898	-2 225 019	-1,0%
DL	29 605 268	33 160 558	40 814 149	-3 555 290	-10,7%	-11 208 881	-27,5%	30 030 195	-424 927	-1,4%
Autonomia Financeira	70,0%	67,8%	67,9%					68,7%		

3.3. Cumprimento de Orientações Legais

Eficiência Operacional - Garantir em 2021 que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios seja igual ou inferior ao verificado em 2019.

Como já referido anteriormente, o contexto pandémico tem tido um impacto muito significativo na APL, conduzindo a uma degradação do rácio de eficiência operacional, quer quando comparado com os períodos homólogos de 2020 e 2019, quer quando comparado com o orçamentado, com a poupança verificada nos Gastos Operacionais (-14,3%) a ser insuficiente para compensar a significativa quebra registada no Volume de Negócios (-18,1%).



PRC - Em 2021, devem ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 ou os executados em 2019, no caso dos seguintes gastos:

- a) Com pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo;
- b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- c) O acréscimo dos gastos com pessoal, deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, bem como os relativos à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente fundamentadas, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de aprovação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento da empresa.

Tratando-se de um relatório trimestral, a avaliação efetuada pelo Conselho Fiscal cingiu-se aos Gastos com Pessoal, concluindo-se que estes, no valor de 8 614 116 euros, embora superiores aos registados em período homólogo de 2019 (8 412 755 euros), são inferiores ao período homólogo de 2020 (8 631 728 euros). Também de salientar, relativamente ao orçamentado (9 292 694 euros), uma quebra de 7,3%.

Endividamento - Os instrumentos previsionais para 2021 devem refletir uma política de limitação do crescimento do endividamento, limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos com expressão material.

Apesar do contexto adverso, a APL tem registado uma redução consistente do seu endividamento, verificando-se uma quebra de 10,7% face ao período homólogo de 2020 e de 27,5% relativamente ao verificado no 2º Trimestre de 2019.



PMP – Cumprimento das normas definidas na RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro.

Prazo Médio de pagamentos	2021 2ºT	2020 2ºT	2019 2º T
	Real	Real	Real
	54	45	67

Fonte: <https://www.portodelisboa.pt/documents/20121/162195/PMP+3T21.pdf/bf41c7fd-997d-97fd-ca9f-6923d38d6660?t=1637686560571>

Embora se assista a um aumento do PMP, este facto é justificado pela APL com o efeito de 2 situações em processo de contencioso (e com antiguidade superior a 360 dias), pendentes de decisão judicial, e com uma situação de diferendo com um fornecedor quanto ao valor da tarifa cobrada. A APL vem compensando regularmente os montantes que entende serem os devidos, encontrando-se o restante em aberto.

Deduzindo o efeito destas situações, o PMP do período em reporte é de 45 dias.

4. Conclusão

Em face do exposto, entende o Conselho Fiscal que o relatório de gestão apresentado pela Sociedade referente ao 2.º Trimestre de 2020, apresenta genericamente informação detalhada das variações ocorridas face ao período homólogo do ano anterior e ao PAOI 2021-2022, embora relativamente a este último a análise seja condicionada pelo facto do documento não se encontrar aprovado pela tutela.

De salientar mais um exercício em que a atividade da Sociedade foi significativamente afetada pela evolução da pandemia COVID-19 no período em análise, o que se repercutiu nos resultados do período (que passaram para campo negativo), tendo, contudo, conseguido manter uma situação financeira equilibrada e conseguido prosseguir a política de redução da sua Dívida Financeira.

Em síntese, o desempenho verificado a junho de 2021 encontra-se bastante abaixo do orçamentado e, bem assim, do verificado no período homólogo do exercício anterior.

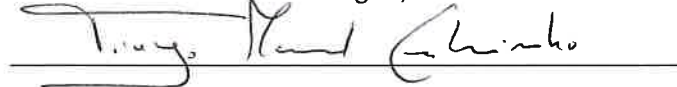
Em 25 de janeiro de 2022

A Presidente do Conselho Fiscal,



Ana Paula Gomes Azurara

Os Vogais,



Tiago Manuel Rodrigues Estevinho



Ana Cristina Rugeiro da Cruz e Silva

APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.
RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
RELATIVO AO 2.º TRIMESTRE DE 2021

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da **APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.**, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro e alterados pelos Decreto-Lei n.º 334/2001, de 24 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março cumpre ao respetivo Conselho Fiscal elaborar e enviar trimestralmente aos respetivos órgãos tutelares “*um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados, as anomalias detetadas e os principais desvios em relação às previsões*”.

Por solicitação dos membros do Conselho Fiscal, procedemos a uma análise sucinta da informação constante do documento “Relatório Trimestral de Execução Orçamental – janeiro a junho de 2021” preparado pelo Conselho de Administração.

Contudo, e dado que o relatório trimestral de responsabilidade do Conselho de Administração relativo ao 2.º trimestre de 2021 apenas nos foi disponibilizado no passado dia 25 de outubro, só a partir desta data foram criadas as condições para que possamos emitir o presente relatório relativo a este período. Por esta razão, e dado o período de tempo já decorrido, o mesmo terá uma natureza mais sucinta do que habitualmente sucede.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

No trimestre em apreciação a atividade por nós desenvolvida consistiu essencialmente no seguinte:

- a) Acompanhamento da gestão da APL, designadamente através da realização de contactos regulares com o seu Conselho de Administração, bem como com a responsável pela Direção Financeira;
- b) Análise da evolução da situação económica e financeira da APL;
- c) Na sequência da análise da informação de natureza contabilística, elaborada pelos Serviços da Empresa, solicitámos e obtivemos os esclarecimentos que considerámos relevantes;
- d) Respondemos ainda às solicitações e pedidos de esclarecimento que nos foram formulados pelos Serviços da APL, no âmbito da nossa área de conhecimentos;

Em nossa opinião, o trabalho desenvolvido deu resposta às exigências contempladas, relativamente às responsabilidades e competências do Revisor Oficial de Contas.

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Balanço reportado a 30JUN2021, bem como a respetiva evolução face a 31MAR2021¹, consta do **Anexo 1** e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da APL.

A Demonstração de Resultados, igualmente elaborada a partir dos registos contabilísticos da APL, reportada a 30JUN2021, consta do **Anexo 2** e engloba os dados relativos ao período homólogo de 2020, bem como a comparação face ao orçamento para o período em análise², incluindo a taxa de execução orçamental por rubrica.

A posição financeira da APL evidencia um total de capitais próprios de 224.139 milhares de euros, representando uma ligeira descida (-0,3%) face ao trimestre anterior. Para a presente situação patrimonial contribuíram, simultaneamente, a redução do passivo total (-6,8%) e do ativo (-2,4%), nos montantes de 7.072 milhares de euros e de 7.833 milhares de euros, respetivamente, conforme se sistematiza:

Rubricas	30.JUN.2021	31.MAR.2021	31.DEZ.2020	VAR JUN21/MAR21	
				Valor	%
Ativo líquido	320 307 998	328 141 322	332 623 406	-7 833 324	-2,4%
Capital próprio	224 138 879	224 900 358	225 962 159	-761 480	-0,3%
Passivo	96 169 119	103 240 964	106 661 246	-7 071 845	-6,8%
Indicadores					
Solvabilidade Total (Capital próprio/Passivo)	2,33	2,18	2,12	0,15	7,0%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo líquido)	0,70	0,69	0,68	0,01	2,1%
Dependência Financeira (Passivo/Ativo líquido)	0,30	0,31	0,32	-0,01	-4,6%

A redução do passivo resultou, principalmente, da diminuição da rubrica de financiamentos obtidos (-12,7%), tanto a médio/longo prazo (-1.003 milhares de euros) como a curto prazo (-4.345 milhares de euros) e da redução de 1.124 milhares de euros da rubrica de outras contas a pagar (-28,1%), comparativamente ao trimestre antecedente.

No ativo líquido sobressai, face ao primeiro trimestre, a redução de 1.936 milhares de euros na rubrica de clientes (-27,7%) e também a redução de 2.761 milhares de euros na rubrica de meios financeiros líquidos (-27,4%).

No que respeita aos principais indicadores financeiros apresentados, os mesmos corroboram, globalmente, uma posição financeira favorável.

¹ Salientamos que o Relatório apresentado pela entidade considera o comparativo com referência a 31.12.2020, contudo, para efeitos de apresentação de balanço, consideramos que a comparação deva ocorrer com o fim do trimestre anterior ao de referência.

² Por simplificação considerámos 6 duodécimos do valor anual do orçamento para 2021, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade, tendo sido também este critério considerado pelo Conselho de Administração.

Em termos de resultados, a APL apresenta, no final do trimestre em análise, um resultado negativo de 1.057 milhares de euros, situando-se muito abaixo do resultado orçamentado para o período, que ascendia a um resultado positivo de 120 milhares de euros, o que traduz um desempenho bastante inferior ao esperado.

Comparativamente ao período homólogo de 2020, a forte redução evidenciada (-180,5%) justifica-se pela interdição de desembarque para terra de passageiros e tripulações dos navios, principalmente de cruzeiro, nos portos nacionais, em resultado das medidas governamentais para o controlo da doença COVID-19 gerada pela proliferação do vírus SARS-CoV-2, com impacto em todas as áreas de negócios, muito embora o segundo trimestre de 2020 também já tenha sido influenciado por esta realidade.

No quadro seguinte sistematiza-se a evolução dos principais indicadores:

	Real	Orçamento	Real	VAR Real		VAR Orç	
	30.JUN.2021	30.JUN.2021	30.JUN.2020	Valor	%	Valor	%
Volume de negócios	15 953 064	19 472 474	17 808 379	-1 855 315	-10,4%	-3 519 410	-18,1%
Vendas e serviços prestados	11 369 983	13 977 735	12 110 542	-740 559	-6,1%	-2 607 752	-18,7%
Outros rendimentos	4 583 081	5 494 739	5 697 837	-1 114 756	-19,6%	-911 658	-16,6%
Fornecimentos e serviços externos	-2 485 128	-3 658 279	-2 111 878	-373 250	17,7%	1 173 151	-32,1%
Gastos com o pessoal	-8 614 116	-9 292 694	-8 631 728	17 612	-0,2%	678 578	-7,3%
Imparidades e provisões (perdas/reversões)	-601 662	-245 000	-422 474	-179 188	42,4%	-356 662	145,6%
Outros rendimentos e ganhos	6 955 738	7 751 130	8 309 288	-1 353 549	-16,3%	-795 392	-10,3%
Outros gastos e perdas	-628 208	-1 151 671	-562 189	-66 019	11,7%	523 463	-45,5%
EBITDA	5 996 608	7 381 221	8 691 560	-2 694 953	-31,0%	-1 384 614	-18,8%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	-6 611 098	-6 732 981	-6 861 242	250 144	-3,6%	121 883	-1,8%
EBIT (Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos)	-614 491	648 240	1 830 318	-2 444 809	-133,6%	-1 262 731	-194,8%
Juros e gastos similares suportados	-294 318	-345 179	-334 980	40 662	-12,1%	50 861	-14,7%
Imposto sobre o rendimento do período	-148 502	-182 953	-182 564	34 062	-18,7%	34 451	-18,8%
Resultado Líquido do Período	-1 057 311	120 108	1 312 774	-2 370 085	-180,5%	-1 177 419	-980,3%

Pese embora o EBITDA seja positivo, no montante de 5.997 milhares de euros, verifica-se uma redução de 1.385 milhares de euros (18,8%) face ao montante orçamentado para o final do primeiro semestre, o qual ascendia a 7.381 milhares de euros. Atente-se que, comparativamente a igual período homólogo, o decréscimo foi de 2.695 milhares de euros (-31,0%).

Considerando os gastos de amortização e depreciação reconhecidos no período em referência, obtem-se um resultado operacional negativo de 614.491 euros, gerando um desvio desfavorável de 1.263 milhares de euros (-194,8%) face ao orçamentado, e de uma redução de 2.445 milhares de euros (-133,6%) face ao realizado no período homólogo.

Os gastos com financiamento, no valor de 294 milhares de euros, apresentam uma redução de 41 milhares de euros (-12,1%) face ao período homólogo, e uma diminuição de 51 milhares de euros (-14,7%) face ao orçamentado, gerando assim reduzido impacto no resultado líquido apurado.

Em termos económico-financeiros, é inequívoco o efeito gerado pela situação pandémica que afetou todo o semestre em análise, potenciado ainda pela greve prolongada que ainda se manteve durante uma parte do semestre em análise, embora já de forma menos acentuada.

No que se refere à execução orçamental, em que os desvios são igualmente acentuados, sobretudo ao nível dos rendimentos, tal decorre, sobretudo, de o exercício orçamental ter de alguma forma subavaliado os efeitos negativos decorrentes de uma situação pandémica mais prolongada do que era expectável.

Ao nível da atividade desenvolvida, o número de navios que utilizou os serviços do porto de Lisboa registou no semestre em análise uma quebra de 6,9% face ao período homólogo de 2020 (menos 59 navios). Em termos de tonelagem bruta a quebra foi ainda mais acentuada, com uma redução de 32,2%, devido sobretudo à inexistência de atividade no segmento dos cruzeiros.

No que se refere à carga total movimentada registou-se uma recuperação de 15,7%, devido sobretudo ao comportamento da carga contentorizada (mais 38,8%) e da carga fracionada (mais 59,7%), embora penalizada pela quebra no segmento dos granéis líquidos, que registaram uma quebra de 16,5%. No entanto, importa ter presente que o ano de 2020, sobretudo a partir de fevereiro, foi fortemente penalizado pelos efeitos da greve prolongada que se verificou desde fevereiro daquele ano e que penalizou sobretudo a carga contentorizada.

Em face do exposto conclui-se que o primeiro semestre de 2021 revelou um desempenho bastante aquém do orçamentado e igualmente abaixo do ocorrido no período homólogo de 2020, sobretudo em termos de rendimentos, dado que, ao nível dos gastos, por força do seu caráter mais estável e em grande parte fixo, não foi possível ajustá-los à quebra de atividade ocorrida.

São no entanto já perceptíveis alguns sinais de recuperação no final do semestre, fruto sobretudo de se ter conseguido ultrapassar, por parte dos operadores portuários, grande parte dos efeitos nefastos decorrentes da greve que afetou todo o setor e conduzir a uma forte perda de posição competitiva do porto de Lisboa, cuja recuperação será, seguramente, um importante desafio para todos os operadores do setor.

4. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da APL com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como da responsável pela área financeira.

Lisboa, 10 de dezembro de 2021

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

(Inscrito n

ANEXO 1 – Balanço

(valores em euros)

BALANÇO	30-JUN-21	31-MAR-21	31-DEZ-20	Var. JUN.21 / MAR.21	
				Valor	%
ATIVO NÃO CORRENTE					
Ativos fixos tangíveis	227 179 045	229 416 850	231 837 314	(2 237 805)	-1,0%
Propriedades de investimento	46 377 387	46 737 407	47 184 457	(360 020)	-0,8%
Ativos intangíveis	28 376 328	28 830 511	29 268 226	(454 183)	-1,6%
Outros ativos Financeiros	7 775	7 233	6 722	542	7,5%
	301 940 536	304 992 001	308 296 719	(3 051 465)	-1,0%
ATIVO CORRENTE					
Clientes	5 051 200	6 987 275	5 986 718	(1 936 075)	-27,7%
Adiantamentos a fornecedores	3 199	3 299	3 287	(100)	-3,0%
Estado e outros entes públicos	2 965 729	2 965 456	2 965 674	273	0,0%
Outras contas a receber	267 735	357 513	1 200 555	(89 778)	-25,1%
Diferimentos	116 287	111 201	395 994	5 086	4,6%
Ativos não correntes detidos para venda	2 657 597	2 657 597	2 657 597	-	0,0%
Caixa e depósitos bancários	7 305 714	10 066 981	11 116 862	(2 761 267)	-27,4%
	18 367 462	23 149 322	24 326 687	(4 781 860)	-20,7%
TOTAL ATIVO	320 307 998	328 141 322	332 623 406	(7 833 325)	-2,4%
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital subscrito	60 000 000	60 000 000	60 000 000	-	0,0%
Reservas legais	6 539 834	6 539 834	6 406 202	-	0,0%
Outras reservas	83 574 052	83 574 052	82 730 164	-	0,0%
Resultados transitados	31 233 698	31 233 698	31 084 739	0	0,0%
Outras variações no capital próprio	43 848 605	44 119 290	44 404 735	(270 685)	-0,6%
Resultado líquido do período	(1 057 311)	(566 516)	1 336 320	(490 795)	86,6%
	224 138 879	224 900 358	225 962 159	(761 479)	-0,3%
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Provisões	3 299 895	3 299 895	3 299 895	-	0,0%
Financiamentos obtidos	22 950 745	23 953 886	24 587 146	(1 003 141)	-4,2%
Responsab. por benefícios pós-emprego	6 470 488	6 642 955	6 758 393	(172 467)	-2,6%
Passivos por impostos diferidos	3 776 590	3 708 575	3 636 548	68 015	1,8%
Outras contas a pagar	9 711 293	9 711 293	9 711 293	-	0,0%
	46 209 011	47 316 604	47 993 275	(1 107 593)	-2,3%
PASSIVO CORRENTE					
Fornecedores	644 207	698 948	921 053	(54 741)	-7,8%
Adiantamentos de clientes	1 478 337	1 373 312	1 291 206	105 025	7,6%
Estado e outros entes públicos	1 717 568	1 190 685	1 254 040	526 883	44,3%
Acionistas/sócios	180 700	180 700	1 120 000	-	0,0%
Financiamentos obtidos	13 960 237	18 305 275	19 102 342	(4 345 038)	-23,7%
Outras contas a pagar	2 871 285	3 995 994	4 185 833	(1 124 709)	-28,1%
Diferimentos	29 107 774	30 179 447	30 793 497	(1 071 673)	-3,6%
	49 960 108	55 924 361	58 667 971	(5 964 253)	-10,7%
TOTAL DO PASSIVO	96 169 119	103 240 964	106 661 246	(7 071 846)	-6,8%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	320 307 998	328 141 323	332 623 406	(7 833 325)	-2,4%

ANEXO 2 – Demonstração de Resultados

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	Real	Orçamento	Real	VAR Real JUN.21		Var Orç. JUN.21	
	30-JUN-21	30-JUN-21 (*)	30-JUN-20	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	11 369 983	13 977 735	12 110 542	(740 559)	-6,1%	(2 607 752)	-18,7%
Fornecimentos e serviços externos	(2 485 128)	(3 658 279)	(2 111 878)	(373 250)	17,7%	1 173 151	-32,1%
Gastos com o pessoal	(8 614 116)	(9 292 694)	(8 631 728)	17 612	-0,2%	678 578	-7,3%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(601 662)	(185 000)	(422 474)	(179 188)	42,4%	(416 662)	225,2%
Provisões (aumentos/reduções)	-	(60 000)	-	-	-	60 000	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos	6 955 739	7 751 130	8 309 288	(1 353 549)	-16,3%	(795 391)	-10,3%
Outros gastos e perdas	(628 208)	(1 151 671)	(562 189)	(66 019)	11,7%	523 463	-45,5%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5 996 608	7 381 221	8 691 561	(2 694 953)	-31,0%	(1 384 613)	-18,8%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	(6 611 098)	(6 732 981)	(6 861 242)	250 144	-3,6%	121 883	-1,8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(614 491)	648 240	1 830 318	(2 444 809)	-133,6%	(1 262 731)	-194,8%
Juros e gastos similares suportados	(294 318)	(345 179)	(334 980)	40 662	-12,1%	50 861	-14,7%
Resultado antes de impostos	(908 809)	303 061	1 495 338	(2 404 147)	-160,8%	(1 211 870)	-399,9%
Imposto sobre o rendimento do período	(148 502)	(182 953)	(182 564)	34 062	-18,7%	34 451	-18,8%
Resultado líquido do período	(1 057 311)	120 108	1 312 774	(2 370 085)	-180,5%	(1 177 419)	-980,3%

(*) Por simplificação considerámos 6 duodécimos do valor anual do orçamento para 2021, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade.

